

3

PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI
CONSTRUINDO O FUTURO

LEI No 224/97

DISCIPLINA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA
DE PESSOAL POR EXCEPCIONAL INTERESSE
PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ICAPUI, faço saber que a Câmara Municipal de Icapuí, aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

L E I :

Art. 1º - O Município poderá contratar pessoal, por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do município, mediante contrato administrativo de locação de prestação de serviço.

Art. 2º - Consideram-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as contratações que visem a:

- I - atender as situações de calamidade pública;
- II - permitir a execução de serviço profissional especializado nas áreas técnica científica e tecnológica;
- III - atender situações de urgência, que possam ocasionar prejuízos ou emergência.

PARAGRAFO PRIMEIRO - As contratações de que trata o presente artigo obedecerão aos seguintes prazos:

- I - nas hipóteses dispostas nos incisos I e III, até (06) seis meses;
- II - nas hipóteses dispostas no inciso II, até (12) doze meses.

PARAGRAFO SEGUNDO - Os prazos de que tratam os incisos I e II do parágrafo 1º, poderão ser renovados uma única vez, por igual período.

PARAGRAFO TERCEIRO - O recrutamento do pessoal necessário ao serviço público será feito pela anuência do Prefeito Municipal e, de acordo com a conveniência da Administração Pública Municipal.

Art. 3º - É vedado o desvio de função da pessoa contratada, na forma da Lei, bem como a sua contratação de forma diversa à disposta na presente Lei, sob pena de nulidade do contrato e responsabilidade administrativa e civil da autoridade contratante.

Art. 4º - Nas contratações por Tempo Determinado, realizados pelo Município, serão observados os valores do mercado de trabalho, obedecendo sempre os seus "quantums".

Art. 5º - O Regime Jurídico que disciplinará a relação contratual é o de direito público administrativo especial, que é disciplinado por Lei específica ou na forma das cláusulas contratuais vigentes nos contratos de prestação de serviço por tempo determinado.

Art. 6º - Para cada profissional recrutado far-se-á um contrato formal, escrito, que constará prazo pré-determinado, os seus direitos e obrigações referente ao serviço contrato e, ao contratante expor a contraprestação pecuniária inerente ao serviço a ser prestado.

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor em data de 01 de janeiro de 1997, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUI, aos 11 de março de 1997.



FRANCISCO JOSÉ TEIXEIRA
PREFEITO MUNICIPAL